

A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO PARÂMETRO PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

Jhefferson José Menezes da Silva¹

Walmir José de Carvalho Neto²

Diego Silva Souza³

Ciências Contábeis



**cadernos de
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Com a economia do país, apresentando sinais de melhora nesse último ano, as empresas veem com bons olhos a necessidade de aumentar seus negócios. Nesse contexto, muitas empresas não têm recursos imediatos para tais ampliações e/ou não querem mexer no seu capital de giro e, assim, acabam recorrendo às instituições financeiras por meio das diversas linhas de crédito disponibilizadas. Desse modo, com a análise das demonstrações contábeis, tem-se uma ferramenta usada por instituições financeiras na hora de conceder tal benefício. A metodologia aplicada foi quantitativa exploratória, tendo como aporte teórico a pesquisa bibliográfica e documental. Quanto a forma de abordagem, foram realizadas algumas visitas às instituições financeiras da praça, onde foi possível identificar os principais parâmetros levados em conta na hora da concessão de créditos a pessoas jurídicas. Logo, os resultados evidenciam que a análise das demonstrações por meio dos índices é o principal parâmetro utilizado para que tal crédito seja liberado.

PALAVRAS-CHAVE

Capital de Giro. Empréstimos. Ferramentas de Análise. Parâmetros para Liberação.

ABSTRACT

With the country's economy showing signs of improvement in the past year, companies welcome the need to increase their business. In this context, many companies do not have immediate resources for such expansions and / or do not want to change their working capital and, thus, end up resorting to financial institutions through the various lines of credit available. Thus, with the analysis of the financial statements, there is a tool used by financial institutions when granting such a benefit. The applied methodology was exploratory quantitative, having as bibliographic and documentary research theoretical support. As for the approach, some visits were made to the financial institutions in the square, where it was possible to identify the main parameters taken into account when granting credits to legal entities. Therefore, the results show that the analysis of the statements through the indexes is the main parameter used for such credit to be released.

KEYWORDS

Working Capital. Loans. Analysis Tools. Parameters for Release.

1 INTRODUÇÃO

Diante de tempos de crise financeira, a administração de passivos tem se tomado um obstáculo cada vez maior a ser enfrentado pelas empresas de médio porte. Neste sentido, com o intuito de alavancar o seu capital e assim buscar a expansão dos seus negócios, os empresários têm recorrido a diversas linhas de crédito oferecidas por instituições financeiras, tais como: CDC, BNDES, agronegócio, antecipação de recebíveis e capital de giro.

Com isso, a análise das demonstrações contábeis de uma empresa é uma importante ferramenta para se adquirir crédito junto às instituições concedentes, tendo em vista que este é um dos parâmetros levados em consideração para tais concessões. Por conseguinte, é por meio dela possível mensurar a capacidade de gerar resultados futuros de pagamento e a real situação da empresa influenciando assim na liberação. Desse modo tal método busca a comparação e interpretação dos demonstrativos financeiros de uma empresa, logo, de forma geral, analisar as demonstrações contábeis da empresa implica em buscar uma interpretação dela para maior confiabilidade junto ao mercado, apresentando dados concretos.

O objetivo deste artigo, baseando-se no exposto, é apresentar os pressupostos e fundamentos da análise das demonstrações como uma das ferramentas para análise de concessão de crédito em instituições financeiras. Contudo, para isso se faz necessário os seguintes objetivos específicos: identificar alguns dos tipos de créditos existentes para empresas de médio porte, dando maior ênfase aos créditos capital de giro e antecipação de recebíveis; apresentar os critérios de análise por parte das instituições financeiras para concessão das linhas de crédito citadas, e, por fim, evidenciar a importância da transparência e da fidedignidade das demonstrações contábeis.

Nesse sentido, o método de pesquisa utilizado será o dedutivo, que segundo Silva (2017), quando analisamos que todas as premissas são verdadeiras, a conclusão será necessariamente verdadeira, impedindo que sua verdade seja rejeitada, fazendo assim analogia às premissas estabelecidas pelos princípios e normatizações contábeis. Portanto, para ele, encontramos as condições necessárias para as proposições verdadeiras para, somente depois, chegar às conclusões. Com relação às fontes de pesquisa, este estudo terá como fonte primária a pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se na fundamentação a partir de periódicos e normatizações emitidas por órgãos como: Conselho Federal de Contabilidade e Comissão de Valores Mobiliários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de se obter uma compreensão favorável desta pesquisa, é importante buscar os aspectos relacionados à definição e dimensão das principais técnicas de análise das demonstrações contábeis que, junto a outros fatores, são utilizadas para conduzir a liberação de crédito no cenário econômico.

2.1 FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Também chamada de Análise das Demonstrações Financeiras, ou ainda, Análise de Balanços, a Análise das Demonstrações Contábeis é o ramo da Contabilidade (= técnica contábil) que tem por objetivo a obtenção, comparação e interpretação de indicadores, podendo ser estes coeficientes, índices ou quocientes calculados a partir de elementos extraídos das demonstrações contábeis, com o fim de fornecer aos seus usuários o conhecimento do perfil econômico, financeiro, patrimonial e de desempenho operacional da entidade geradora das demonstrações (FERRARI, 2005).

Contudo, para se analisar os dados de uma empresa e gerenciar a saúde financeira do negócio, são utilizados alguns métodos, e uma das formas mais eficazes de buscar tais resultados é por meio da análise por indicadores. Nesse contexto, índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que intenciona analisar determinada forma da situação econômica ou financeira de uma empresa. Em outras palavras, parafraseando Matarazzo (2010, p.81) pode-se afirmar que “um índice é como uma vela acesa em um quarto escuro (grifo nosso)”.

Com frequência há quem confunda a extração de índices com a análise de balanço; os índices compõem o método de análise mais empregado. Porém, é de grande importância que se possa destacar, entre as contas e os grupos das demonstrações financeiras, a situação econômica de uma entidade. Logo, verifica-se a fundamentação dos índices que compõem o método de análise mais empregado e seu atributo se baseia em prover uma visão vasta da situação econômica e financeira da empresa, auxiliando também como um sinal para qualquer constatação que possa vir a ser algo promissor na empresa.

De acordo com Matarazzo (2010), os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros das empresas. Fazendo uma analogia ao trabalho de um

médico: assim como esse usa certos indicadores, como pressão e temperatura, para elaborar o quadro clínico do paciente, os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa. Há, porém, uma diferença, enquanto o médico pode ter certeza de que há algo errado com o paciente que apresenta pressão muito alta, talvez a iminência de um derrame, na empresa, um endividamento elevado não significa que esteja à beira da insolvência. Outros fatores, como prestígio da empresa junto ao governo e relacionamento com o mercado financeiro podem fazê-la operar indefinidamente, mesmo que mantenha sempre elevado o endividamento. O índice financeiro, contudo, é um alerta.

O Endividamento, ou Grau de Endividamento, é um indicador de saúde financeira semelhante ao índice Capital de Terceiros/Ativo. Ele mede o quanto uma empresa tem em dívida sobre seu patrimônio e ativo circulante. Segundo Reis (2017), O endividamento é uma métrica usada para medir o quanto uma empresa possui de compromissos financeiros em curto, médio e longo prazo no seu patrimônio e ativo circulante e o quanto ela depende do capital de terceiros. Dessa forma, pode-se concluir que a dívida é o recurso tangível ou intangível de terceiros.

A insolvência é uma situação em que o devedor tem contas a pagar superiores aos recursos que recebe. Desse modo, um insolvente não tem condições para efetivar seus compromissos em tempo hábil, sendo assim, ao final de processos agitados como esses, as empresas entram em estado de recuperação ou até falência.

Nesse contexto, para uma conclusão eficiente por meio dos índices, é analisada a situação financeira separadamente da situação econômica. Os índices que refletem a situação econômica são os índices de rentabilidade, e os que verificam a situação financeira são os índices de estrutura de capital e de liquidez, estudados com maior ênfase no capítulo seguinte deste estudo.

2.2 ÍNDICES DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

Conforme já dito nesta seção do artigo, uma das técnicas utilizadas na análise das demonstrações financeiras são os índices econômico-financeiros que servem para as empresas avaliarem os diversos aspectos de desempenho operacional. Nessa seara existem três tipos de índices: os de liquidez, de rentabilidade e de composição de endividamento.

2.2.1 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez têm como principal intuito medir a capacidade financeira que a empresa tem para cumprir compromissos de pagamentos de dívidas com terceiros. Quanto maiores os índices, melhor.

Os índices de liquidez, segundo Diniz (2015), têm por objetivo demonstrar a situação financeira de uma empresa, relacionada à sua capacidade de pagamento no longo, curto e curtíssimo prazo. Referente a tais índices, a autora citada explica:

É importante ressaltarmos que uma situação de boa liquidez não significa que a empresa irá possuir fluxo de caixa disponível para pagamentos em dia, mas sim que ela possui uma relação entre possibilidade de transformação dos recursos financeiros em dinheiro. (DINIZ, 2015, p. 118).

Na visão da autora supracitada, esses índices se diferenciam dos demais grupos de indicadores por não serem apresentados sob a forma de percentual, nos quais não são multiplicados por cem. No caso, quanto maiores forem os valores dos índices de liquidez, melhor para a empresa que possui recursos para pagar suas dívidas. Contudo, em relação a essa afirmação, é importante ressaltar que indicadores de liquidez muito altos podem denotar ineficiência da empresa, pois ela estaria perdendo a chance de investir esses recursos excedentes em outras opções. Por conseguinte, esses índices relacionam a capacidade de geração de dinheiro em caixa com as necessidades de pagamento existentes, sendo muito úteis para análise de credores, e se dividem em quatro índices, de acordo com o período para análise.

O índice de liquidez corrente, que é um índice muito divulgado, e que com muita frequência é tido como o melhor indicador da situação de liquidez, revelando a capacidade que possui a empresa em quitar suas dívidas de curto prazo com o seu ativo circulante. Revelando assim a capacidade que possui a empresa em quitar suas dívidas de curto prazo com o seu ativo circulante o índice de liquidez corrente é um índice muito divulgado e que com muita frequência é tido como o melhor indicador da situação de liquidez.

Conforme afirma Iudícibus (2010), o índice de liquidez corrente é considerado o melhor indicador de liquidez da organização e, por isso, o mais amplamente divulgado. Ele relaciona “quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo” (grifo nosso).

Por sua vez o índice de liquidez imediata apresenta se a empresa é capaz de cumprir com suas obrigações de curto prazo somente com suas disponibilidades. Marion (2010) afirma que o índice de liquidez imediata revela o quanto a empresa dispõe, imediatamente, para saldar suas dívidas de curto prazo.

Considerado como o mais rigoroso dos índices, o índice de liquidez seca elimina os estoques que são tidos como fontes de incertezas e responsáveis por se ter uma falsa ideia de liquidez. Dessa forma, tal índice revela se a empresa precisa de seus estoques para ter uma liquidez equilibrada, assim, pode-se afirmar que:

[...] sob o ponto de vista da solvência e do risco oferecido pela empresa no curto prazo, o índice de liquidez seca seria um índice do tipo quanto maior, melhor. Porém, essa análise apenas deveria ser feita de forma comparativa e integrada. (BRUNI, 2014, p. 131).

Já o índice de liquidez geral irá apresentar a situação financeira de forma global, dando como base para detectar a capacidade de pagamento à longo prazo. Para Ma-

rion (2010), o índice de liquidez geral mostra a capacidade de pagamento da entidade a longo prazo, ao considerar tudo o que ela converterá em dinheiro com tudo o que foi assumido como dívida.

2.2.2 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade demonstram os resultados financeiros de determinada empresa, medindo, dessa forma, o retorno alcançado. A análise desses índices é muito importante, pois a rentabilidade é vista amplamente como o principal objetivo de uma empresa. Segundo Prates (2017) índices de rentabilidade e lucratividade são medidas quantitativas de cálculo simples, que relacionam variáveis das demonstrações contábeis/financeiras das empresas – especialmente da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e do Balanço Patrimonial com o propósito de facilitar uma análise gerencial acerca da capacidade da empresa de gerar retornos.

Esses índices são divididos em quatro tipos, os quais possibilitam ao analista das demonstrações contábeis conhecer aspectos da rentabilidade de determinada empresa. O primeiro é o giro do ativo, o qual demonstra uma proporção entre as vendas de determinada empresa e os investimentos que nela foram feitos, que são representados pelo valor do seu ativo total. Marion (2009, p. 156) complementa dizendo que Giro do Ativo “significa a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais for gerado de vendas, mais eficientemente os Ativos serão utilizados”.

O segundo é a margem líquida, que é a demonstração da lucratividade das vendas. Assim, podemos verificar que, a cada R\$100,00 em vendas, a empresa obterá determinado percentual de lucro. Ao se calcular tal índice, quanto maior for o valor encontrado para esse índice, melhor será para a empresa. Segundo Assaf Neto (2012), a margem líquida mede a eficiência global da empresa, indica quanto das receitas de vendas foi utilizado para cobrir todos os custos e despesas incorridas e consequentemente quanto estas receitas produziram de lucro líquido para a empresa.

O terceiro é rentabilidade do ativo, que na visão de Diniz (2015), demonstra uma proporção entre o lucro obtido por determinada empresa e os investimentos que nela foram feitos e que são representados pelo valor do seu ativo total.

E por último, temos a rentabilidade do patrimônio líquido, que apresenta uma proporção entre o lucro que determinada empresa obteve e o valor do seu capital próprio (patrimônio líquido). Assim, ao se calcular esse índice, para cada R\$100,00 investidos pelos sócios na empresa, poderemos observar o lucro obtido como um percentual deste valor. Assaf Neto (2009) defende que Rentabilidade do Patrimônio Líquido se trata da mensuração do retorno que a empresa tem sobre os recursos aplicados por seus proprietários (acionistas), ou seja, quanto os acionistas obtiveram de retorno para cada real de recursos próprios (PL) investidos na empresa.

2.2.3 Índice de Composição de Endividamento

Este é calculado com base na relação entre o capital de terceiros de curto prazo (Passivo Circulante) e o capital de terceiros totais (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) dividido pelo ativo total, ou seja, o total de investimentos e aplicações de recursos que a empresa dispõe. É recomendável que as dívidas de uma empresa fiquem mais concentradas no longo prazo, pois, dessa forma, ela terá mais tempo para realizar suas atividades e gerar uma folga financeira para pagar suas obrigações. Para Floriani (2013, p. 74), “os índices de Endividamento são importantes, pois indicam a realização de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros”. Em outras palavras, pode-se afirmar que tais índices mostram grandes linhas de decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos.

2.3 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

A relevância da análise financeira deve ressaltar o auxílio em detectar dificuldades ou até mesmo a prevenção para médios ou longos prazos. Nesse contexto, o objetivo dessa análise é a avaliação das demonstrações contábeis pela evolução de seus valores com o passar do tempo, no caso da análise horizontal, e pela participação relativa de cada valor em relação ao total, no caso da análise vertical. Assim, pode-se afirmar que:

As duas principais características de análise de uma empresa são a comparação dos valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins. Dessa maneira, pode-se afirmar que o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação. (ASSAF NETO, 2012, p. 105).

Logo, a análise horizontal procura demonstrar a evolução das contas patrimoniais e dos resultados da empresa em um determinado período. Ao pensarmos na palavra horizontal, pensamos em horizonte que, olhando de um aspecto mais formal a demonstrações contábeis, seria uma análise da empresa em um horizonte de tempo com comparação entre as variações de determinada conta ao longo dos anos.

Conforme Iudicibus (2010, p. 83) a análise horizontal tem como principal finalidade “apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”.

Nesse contexto, análise vertical possibilita identificar qual o percentual que um item do patrimônio, ou do resultado, representa dentro de um determinado grupo, é um processo comparativo que é aplicado ao se relacionar determinada conta ou grupo de contas com um valor a fim ou relacionável, identificado na mesma demonstração, e essa análise é expressa em porcentagem. Assim, parafraseando Iudicibus

(2010, p. 86), pode-se dizer que a análise vertical tem como papel avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.

2.4 PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO NO MERCADO FINANCEIRO

Expandir é uma palavra que nunca sai da mente de um empresário. Por isso, no cenário econômico atual, as empresas estão sempre buscando investir e alavancar seus negócios, e, para isso, dispõem do auxílio de inúmeras instituições financeiras que estão preparadas para suprir qualquer necessidade de crédito, seja de curto ou longo prazo, considerando sempre o equilíbrio financeiro da empresa para efetivar a concessão.

Quanto aos principais tipos de créditos operados no sistema bancário do Brasil, ressalta-se que todas as linhas de crédito no Brasil devem estar sujeitas à autorização do Banco Central (BACEN), uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada na década de 60 pela lei nº 4.595 (BRASIL, 1964). Com isso, o Bacen é o órgão responsável por regular e supervisionar as instituições financeiras em várias operações de créditos bancários, e, sobre os empréstimos, deve-se inicialmente ter em mente que são operações de crédito em que uma pessoa ou empresa recebe dinheiro, assumindo o compromisso de pagar, no futuro, o valor disponibilizado acrescido de juros e encargos (BACEN, 2013).

O financiamento para capital de giro, também conhecido como pró-giro é a modalidade de crédito disponibilizada para as pessoas jurídicas dos setores industriais, comerciais e de prestação de serviços. A própria conotação da expressão capital de giro já diz para qual finalidade é contraído esse tipo de crédito, ou seja, são os recursos necessários para a empresa fazer com que os negócios fluam. Os prazos de empréstimos bancários variam de curto, médio e longo prazo a depender da necessidade apresentada por cada empresa (BRITO, 2005; BACEN, 2013).

Segundo Stumpf (2017), a antecipação de duplicatas ou recebíveis é uma operação financeira na qual a empresa entrega certas duplicatas para o banco e este lhe antecipa o valor em conta corrente, cobrando os juros antecipadamente. Muitas empresas fazem o uso desta operação com o objetivo de captar recursos para o caixa da empresa por possuir taxas de juros menores do que crédito de capital de giro.

O Financiamento é um crédito que fica disponível nos bancos para ampliar, reformar, modernizar, informatizar a empresa, compras de máquinas ou equipamentos. A análise é feita mediante a condição de pagamento que a empresa deseja, o que normalmente é de longo prazo (BRUNI, 2011).

O Crédito Direto ao Consumidor (CDC) é um tipo de financiamento conferido ao consumidor para a aquisição de bens duráveis, de serviços, ou mesmo sem um propósito específico. Em regra, esse financiamento é oferecido por bancos, financeiras e lojas de departamentos, os quais emprestam valores para o consumo de itens que não contam com financiamentos específicos, esse é o caso de eletrodomésticos e de veículos. Contudo, é importante ressaltar que além das linhas de crédito citadas acima também há algumas mais específicas como o agronegócio e o crédito BNDES.

3 DISCUSSÕES

Sabe-se que, ao conceder crédito, as instituições necessitam de uma garantia de retorno, por isso existe uma análise que é feita antes da concessão, visando minimizar o risco da operação, por conseguinte, fazer com que as perdas do ciclo de crédito sejam previsíveis, dentro de limites estabelecidos e compatíveis com esse risco. Nesse contexto, Massad (2016), afirma que os cinco C's do crédito é uma estrutura de análise bastante utilizada na avaliação de uma operação de crédito, assim, tal sigla é determinada por: caráter, capacidade, capital, colateral e condições.

Para Gitman (2004) dentro dos 5 C's de crédito, deve haver um prazo que garanta que os clientes não sejam pressionados para o pagamento de seus débitos, que forneça um esquema de referência com análises mais aprofundadas e que não produza uma decisão específica de aceitação ou de rejeição. Desse modo, requer a intervenção de um analista com experiência no estudo e em decisões de crédito.

Em sequência, o primeiro C se refere ao caráter que observa o histórico financeiro da empresa que solicita o crédito. Nessa etapa em que se analisa o perfil do solicitante: como se comportou com empréstimos anteriores, se quitou, ou ainda, se respeitou os prazos. Miura e Davi (2000) pensam que o julgamento do caráter do devedor compreende o que é chamado risco técnico. Assim, deve-se analisar o perfil do cliente junto ao mercado de crédito, levando em consideração a idoneidade, o compromisso em honrar dívidas e a pontualidade. É comum em alguns casos que o credor consulte órgãos de proteção ao crédito antes de conceder o valor pretendido.

Porém, Gitman (2004) põe tal variável, analisando o histórico do cliente em termos de cumprimento de suas obrigações. Assim, verifica-se o caráter por meio de informações internas e externas do cliente. As referências internas podem ser consultadas na própria área de trabalho. De posse de tais referências, o credor deve verificar a maneira de como o cliente se porta no mercado financeiro. Nessa etapa a empresa credora deve verificar a reputação do cliente, podendo, inclusive, recorrer a fornecedores para que seja levantado um histórico de pagamentos e atrasos do cliente, fazendo com que tais informações acrescentem a análise de crédito.

No segundo C se analisa a capacidade que o solicitante tem de arcar com o compromisso de pagar o empréstimo obtido. Na concepção de Silva (1983), trata-se de um analista que irá julgar a habilidade dos clientes na administração e conversão de seus negócios em lucro. Habitualmente, as instituições financeiras atribuem à renda de pessoas físicas ou à receita de empresas a denominação de fonte primária de pagamento e principal referencial para verificar se o cliente tem poder de quitar a dívida.

Quando este cliente é uma Pessoa Jurídica, analisa-se as demonstrações e relatórios contábeis, com destaque na liquidez e endividamento. Os sócios e o quadro de funcionários também são analisados assim como o histórico da empresa. Nesse contexto, pode-se assim conceituar o segundo C:

É considerado como aspecto subjetivo do risco, à medida que os instrumentos disponíveis para sua análise e os resultados

obtidos estejam muito mais relacionados com a percepção de quem analisa do que com os dados e informações propriamente ditos. Levado ao extremo, o que não é certamente o caso quando da análise de risco para fins de concessão de crédito, o exame da capacidade do cliente se constituiria num verdadeiro diagnóstico empresarial. (MIURA; DAVI 2000, p. 52).

O terceiro C é o mais simples de se entendido, justamente por sua expressão, pois se refere ao patrimônio líquido da empresa e dos seus sócios. Logo, o capital revela a situação financeira do cliente, levando em consideração o endividamento, liquidez, lucratividade e outros índices financeiros calculados a partir das demonstrações contábeis da empresa. Assim, parafraseando Santos (2009, p. 31), afirma-se que a situação financeira do cliente é medida pelo seu capital, considerando a composição (quantitativa e qualitativa) dos recursos, onde são investidos e como são financiados.

Nesse contexto, para um cliente pessoa física, bem como para os proprietários de empresas, o fato de comprovar renda por meio de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE) e contracheques devem estar condizentes com a Declaração de Imposto de Renda do cliente. E, dessa forma, pode-se comparar mês a mês com o rendimento anual, visando o cruzamento das informações prestadas para atestar sua fidedignidade. Contudo, no tocante às empresas, estas devem apresentar demonstrativos contábeis para que se avalie seu capital, pois, com tais elementos, é possível verificar as condições de negócios, o segmento que a empresa atua, seu fluxo de caixa, suas origens de recursos e financiamentos, dentre outros.

O quarto C compreende as garantias que são dadas em troca do empréstimo, nela, pode incluir tudo que pode agregar valor ao fornecedor, caso o valor do empréstimo não seja pago integralmente. Ou seja, uma garantia colateral refere-se à capacidade do cliente em ofertar garantias contingentes, nesse sentido, o colateral refere-se a promessa de um ativo como garantia caso o devedor falhe. Contudo, obrigatoriamente, tais garantias devem ser constituídas de ativos concretos e facilmente realizáveis, do ponto de vista da liquidez, e acima de tudo mensuráveis (SILVA, 2008; ROSS, 1995; SCHRICKEL, 2000).

Ao parafrasear Schrickel (2000, p. 55), afirma-se que o colateral, traduzindo fielmente do inglês, significa a garantia. Assim, o colateral deve ser obrigatoriamente, algo concreto. Todavia, a capacidade de reembolso não pode ser tida como colateral, eis que não é tangível, nem executável (em juízo), e apenas resumem uma expectativa sobre um evento potencial futuro, conforme certos princípios assumidos pelo credor no passado.

O quinto C é uma ação óbvia, não menos importante, trata das condições que a empresa tem atualmente para solicitar o crédito, analisando seus empreendimentos, as perspectivas de mercado e a realidade dos negócios. Parafraseando Miura e Davi (2000, p. 55), afirma-se que este aspecto integra o macroambiente em que a empresa atua e foge de seu controle. Assim, medidas de política econômica como: restrições ao crédito, política cambial e de juros e abertura do mercado mediante modificações nas alíquotas de importações etc. São fenômenos naturais e imprevisíveis. Conse-

quentemente, os riscos de mercado e fatores de disputa são os principais aspectos que formam a análise do C condições.

Por fim, pode-se afirmar que as definições de crédito compreendem um conjunto de condições econômicas, gerais, e setoriais, bem como quaisquer condições especiais vinculadas a uma transação específica. Nesse sentido, tais condições representam, sobretudo, alguns fatores internos e macroeconômicos que precisam ser levados em consideração na análise de crédito (GITMAN, 2004; SILVA 1993).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste estudo, verifica-se que os pressupostos e fundamentos da análise das demonstrações formam uma das ferramentas mais indicadas para análise de concessão de crédito às Pessoas Jurídicas em instituições financeiras. Por conseguinte, ao elencar alguns dos tipos de créditos existentes para empresas de médio porte, dando maior ênfase aos créditos capital de giro e antecipação de recebíveis, foi possível identificar quais as principais modalidades ofertadas pelo mercado financeiro.

Assim, com o aporte teórico, verificou-se que ao apresentar os critérios de análise, por parte das instituições financeiras, para concessão das linhas de crédito citadas, e é possível evidenciar a importância da transparência e da fidedignidade das demonstrações contábeis. Dessa forma, pode-se afirmar que tais ferramentas são de extrema importância para mensurar os parâmetros de concessão de crédito. Contudo, tais ferramentas oferecem às entidades financeiras a capacidade de ver e reconhecer os possíveis riscos no procedimento. Interferindo diretamente na decisão final da liberação do crédito.

Nesse sentido, análises são realizadas a fundo de todo o período da empresa, tendo como base documental as demonstrações contábeis, juntamente com seus índices para obtenção de seus resultados reais, como, por exemplo, a capacidade de pagamentos. Entretanto, o analista não deve se ater somente a estes dados no momento da avaliação para liberação do crédito, mas deve ser levado em conta, também, a perspectiva de crescimento, a relação comercial, a responsabilidade social e todo o histórico de mercado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Caderno de educação financeira**: gestão de finanças pessoais. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. São Paulo: Atlas, 2011.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

FLORIANI, Arlete Regina. **Análise das demonstrações contábeis**. Contabilidade Analítica /Financeira. Indaial: Uniasselvi. 2013.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSAD, Anselmo. **Conheça o que são os 5 Cs do crédito**. Disponível em: <https://blog.contaazul.com/conheca-o-que-sao-os-5-cs-do-credito>. Acesso em: 13 out. 2019.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIURA, Yuko; DAVI, Marcos Cesar Antunes. Utilização de instrumentos de avaliação de riscos para concessão de créditos às pessoas jurídicas. Akrópolis: **Revista de Ciências Humanas da Unipar**, Umuarama, v. 8, n. 1, p. 48-61, jan./mar. 2000.

REIS, Tiago. **Endividamento: critério de bastante relevância no estudo de fundamentos**. 2017. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/endividamento/>. Acesso em: 23 set. 2019.

SANTOS, José Odílio dos. **Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SILVA, José Pereira da. **Administração de crédito e previsão de insolvência**. São Paulo: Atlas, 1983.

Data do recebimento: 7 de novembro de 2019

Data da avaliação: 16 de janeiro de 2020

Data de aceite: 16 de janeiro de 2020

1 Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: jheffersonmenezes@gmail.com

2 Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: walmir.carvalho@gmail.com

3 Mestre em Ciências Ambientais pelo PROF-CIAMB UFS (2018); Doutorando em Ciências da Propriedade Intelectual pelo PPGPI-UFS; Especialista em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário (2011); Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Tiradentes (2017) e em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes (2009); Professor da Universidade Tiradentes lotado na Coordenação de Ciências Contábeis; Membro do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Ciências Contábeis (Presencial e EAD); Experiência em gerenciamento financeiro e contábil, com ênfase em gestão de custos e na construção civil como projetista e orçamentista. E-mail: dyego2s@hotmail.com

